



# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021

**OBJETO:**

**Aquisição de Material Permanente  
para atender as necessidades da  
Secretaria Municipal de Saúde**

**SESSÃO PÚBLICA:**

**26/10/2021  
10:00hs**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2021  
PROCESSO N° 064.2021/001**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_ CNPJ N°: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Celular(es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs: Preenchimento com “letra de forma”**

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S<sup>a</sup> preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Batalha, através do e-mail [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com).

A não remessa de recibo exige a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Albert Leite e Silva  
Pregoeiro**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021**  
**EDITAL**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**(Processo nº 064.2021/001)**

**O MUNICÍPIO DE BATALHA/AL**, e este Pregoeiro, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e o Decreto Municipal Nº 002/2021, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 064.2021/001, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** destinada à contratação de empresa especializada para fornecimento de Aquisição de Material Permanente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico do BNC.

**DATA: 26/10/2021**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10:00hs**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O presente pregão tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de Material Permanente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

**1.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no TR e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, incluindo-se as Microempresas, ME e Empresas de Pequeno Porte, EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, em caso de dificuldade no credenciamento junto ao sistema acima, os licitantes deverão entrar em contato com a Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ WhatsApp: 41 99136-7677, e-mail: [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br).

**2.1.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à BNC, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Batalha/AL responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2.** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

**2.3.1.** Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

**2.3.2.** Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

**2.3.3.** Estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

**2.3.4.** Estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.5.** Encontrem-se em processo de dissolução empresarial.

**2.3.6.** Não se encaixem na condição de microempresas e/ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

**2.4.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**2.4.1.** SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Município de Batalha/AL, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

**2.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

**2.4.4.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**2.6.** É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

## 3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**3.1.** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da publicação do edital até 2 (duas) horas da data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2.** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

**3.2.1.** Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos (duas casas decimais), compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.2.2.** Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

**3.3.** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.



### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**3.4.** O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

**3.4.1. Prazo de entrega** dos materiais de, no máximo **10 (dez) dias**, contados do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.

**3.4.2. Prazo de garantia** de, no mínimo, 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

**3.5.** A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

**3.6.** No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no item 11 deste edital.

**3.6.1.** A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 10.1.7 do edital.

**3.6.2.** Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

**3.7.** Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

**3.8.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**3.9.** A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que atende aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.10.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.11.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**3.12.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**3.12.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.13.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### 4. DA SESSÃO PÚBLICA

**4.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**4.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**4.2.1.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail: **[cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com)**, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**4.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**4.4.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**4.6.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

### 5. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**5.1.** Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

**5.1.1.** As descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

**5.1.2.** Os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade;

**5.1.3.** As informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

**5.2.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

### 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**6.4.1.** Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

**6.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.6.** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.6.1.** A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**6.7.** Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

## 7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**7.1.** A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

## 8. DO JULGAMENTO



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**8.1.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO

**9.1.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**10.1.** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

**10.1.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail: [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “*chat*” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**10.1.2.** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.1.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.1.4.** O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

**10.1.5.** A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 10.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo Município de Batalha/AL.

**10.1.6.** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.1.7.** A proposta será desclassificada quando:

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

**10.2.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

**10.2.1.** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

**10.2.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**10.2.3.** Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

## 11. DA HABILITAÇÃO

**11.1.** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**11.1.1.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.2.** Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**11.3.** Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

### **11.3.1. Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

### **11.3.2. Outros documentos:**

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**a)** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

**a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**a.2)** Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993.

**11.3.3.** Caso as empresas não cumpram os requisitos do item 11.1, o licitante deverá anexar ao sistema, até a data e horário da sessão, os documentos a seguir relacionados:

### **11.3.3.1.** Relativos à Habilitação Jurídica:

**11.3.3.1.a.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

**11.3.3.1.a.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

**11.3.3.1.b.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

**11.3.3.1.b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

**11.3.3.1.c.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

**11.3.3.1.d.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.3.3.1.e.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.3.3.1.2.** Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

### **11.3.3.2.** Relativos à Regularidade Fiscal:

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**11.3.3.2.a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**11.3.3.2.b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.3.3.2.c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

**11.3.3.2.d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

**11.3.3.2.e.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

#### **Relativos à Regularidade Trabalhista:**

**11.3.3.2.f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;

**11.3.3.2.g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**11.3.3.2.1.** Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

**11.3.3.2.2.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

#### **11.3.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**11.3.3.3.a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**11.3.3.3.b.** Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

#### **11.3.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:**



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**11.3.3.4.a.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**11.4.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

**11.4.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail: [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**11.4.2.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.4.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.4.4.** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.4.5.** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**11.4.5.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor da Comissão Permanente de Licitação do Município de Batalha/AL, situada na Rua Padre Daniel Bezerra, N° 99, Bairro Centro, Batalha/AL, CEP: 57.420-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

**11.4.6.** O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 11.4.

**11.5.** Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico

**11.5.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**11.5.2.** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**11.6.** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**11.7.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**11.7.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**11.8.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**11.9.** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**11.10.** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**11.10.1.** Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

**11.10.2.** Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude à qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**11.10.3.** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

## 12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

**12.1.** Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**12.2.** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## 13. DO RECURSO

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**13.1.** Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **15 (quinze) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**13.1.1.** A ausência do registro de intenção de recurso no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**13.1.2.** Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

**13.1.3.** O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

**13.1.3.1.** A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

**13.1.3.2.** Não será admitida intenção de recurso quando:

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.

**13.1.4.** A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**13.1.4.1.** É vedado à licitante recorrente veicular nas razões recursais motivos estranhos aos registrados em campo próprio do sistema quando da motivação da intenção de recorrer.

**13.1.4.2.** Não havendo o registro tempestivo das razões recursais no prazo indicado, considerar-se-á que não houve o exercício da faculdade de recorrer, restando prejudicada a apreciação do recurso e autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora pelo Pregoeiro.

**13.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**13.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**13.3.** Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**13.3.1.** Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

**13.4.** Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao titular da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do Decreto Municipal n° 004/2020, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

**13.5.** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**14.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Secretário Municipal de Finanças.

**14.2.** A homologação deste Pregão compete à Secretaria Municipal de Finanças de Batalha.

**14.3.** O objeto deste Pregão será adjudicado por item à(s) vencedora(s) do certame.

**14.4.** Antes da homologação da licitação pela Secretária Municipal, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, via e-mail, para que, dentro do prazo estipulado, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

**14.4.1.** O e-mail a que se refere o item anterior estabelecerá o prazo máximo, o dia e a hora, para que as demais licitantes respondam à referida convocação. Tal prazo não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

## 15. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**15.1.** Após homologado o resultado deste Pregão, o Município de Batalha/AL convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

**15.1.1.** Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

**15.1.2.** O Município de Batalha poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 15.1.

**15.1.3.** O prazo poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**15.2.** A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da licitante vencedora, será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver, quando o objeto não atender aos requisitos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

**15.2.1.** O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013;

**15.2.2.** Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**15.3.** Os registros se farão da seguinte forma:

**15.3.1.** Na ata os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

**15.3.2.** No anexo da ata os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação;

**15.3.3.** Se houver mais de uma licitante na situação do subitem 15.3.2, serão registradas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**15.4.** No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

**15.5.** A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após publicada na Imprensa Oficial, conforme art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

**15.5.1.** A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

**15.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**15.7.** Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Item 10 – Da Aceitabilidade da Proposta e no Item 11 – Da Habilitação.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### 16. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**16.1.** A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

### 17. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

**17.1.** A Secretaria Municipal de Administração, Gestão Pública e Planejamento de Batalha/AL, localizado na Rua Padre Daniel Bezerra, N° 99, Bairro Centro, Batalha/AL, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

**17.2.** Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n° 8.666, de 1993 e no Decreto n° 7.892, de 2013 e alterações.

**17.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**17.4.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme Decreto n° 7.892/2013, alterado pelo Decreto 9.488/2018.

**17.5.** Uma vez constatada sua vantajosidade na adesão a Ata de Registro de Preços, o Órgão/Entidade não participante deverá encaminhar ofício, devidamente assinado, juntamente com a anuência do fornecedor, para o e-mail: [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com), a título de celeridade, com vistas à anuência da Gerência Administrativa quanto a seu uso.

**17.6.** Ao órgão/entidade não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**17.7.** Com vistas a dar celeridade ao processo, o Órgão/Entidade não participante deverá obter a anuência do fornecedor antes de solicitar adesão à ata de registro de preços.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**17.8.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme o §4º do art. 22, do Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto 9.488/2018.

**17.9.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**17.9.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## 18. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**18.1.** O Setor de Gestão de Contratos do Município de Batalha/AL será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

**18.2.** A convocação do fornecedor beneficiário pelo Município será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

**18.3.** O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

**18.4.** Quando comprovada a hipótese acima o Município poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## 19. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

**19.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**19.2.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

## **20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**20.1.** O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

**20.1.1.** A pedido, quando:

**20.1.1.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

**20.1.1.2.** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do Município de Batalha/AL.

**20.1.2.** Por iniciativa do Município de Batalha/AL, quando:

**20.1.2.1.** O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**20.1.2.2.** Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

**20.1.2.3.** Por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

**20.1.2.4.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**20.1.2.5.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**20.1.2.6.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

**20.1.2.7.** O fornecedor beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**20.1.3.** Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o Município formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

**20.2.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

- 20.2.1. Por extinção da totalidade do seu objeto; e
- 20.2.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

## 21. DA NOTA DE EMPENHO

**21.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o Município poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**21.1.1.** A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o Município a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

**21.2.** Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

**21.3.** A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 014/2021, constante do Processo nº 064.2021/0010, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

**21.4.** O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

**21.5.** Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

**21.5.1.** Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail), desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.

**21.5.1.1.** O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

**21.6.** A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

## 22. DA FORMA DE PAGAMENTO

**22.1.** O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.3, Item 23, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

**22.2.** As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

**22.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas constantes no Item 27.

**22.4.** Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 21.1 será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**22.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Município, entre o término do prazo referido no item 21.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## 23. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

**23.1.** O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo Município ao fornecedor beneficiário é de no máximo 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**23.2.** Os materiais deverão ser entregues ao Setor de Compras sito à Rua Padre Daniel Bezerra, Bairro Centro, Batalha/AL, CEP:57.420-000, no horário das 08 horas às 12horas.

**23.3.** Os materiais permanentes somente serão recebidos se todas as normas técnicas exigidas estiverem contempladas.

**23.3.1.** Deverão vir em caixas lacradas ou empacotados pelo fabricante sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e endereço

**23.3.2.** Além disso, os produtos terão que ter o selo de homologação do órgão Fiscalizador.

**23.3.** O material será recebido:

**I. Provisoriamente**, pelo órgão recebedor do objeto, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

**II. Definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Secretária Municipal de Finanças, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

**23.4.** Constatadas irregularidades no material entregue, o Município poderá:

**I.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito;

**II.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**23.5.** Ao Município de Batalha/AL não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**23.6.** Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

**23.7.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**23.7.1.** Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

## 24. DA FISCALIZAÇÃO

**24.1.** Caberá aos gestores designados pela Secretária Municipal de Finanças promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**24.2.** O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

**24.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**24.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 25. DOS ACRÉSCIMOS

**25.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**25.2.** Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

## 26. DA RESCISÃO

**26.1.** A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**26.2.** A rescisão do ajuste poderá ser:

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**I)** Determinada por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

**II)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Município; ou

**III)** Judicial, nos termos da legislação.

**26.3.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**26.4.** Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**26.5.** Ao Município de Batalha/AL é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 27. DAS PENALIDADES

**27.1.** A adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário que, convocados para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**27.2.** Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 27.1.

**27.3.** Se a licitante e/ou fornecedor beneficiário deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Batalha/AL e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se fornecedor beneficiário, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

**27.4.** Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, o fornecedor beneficiário ficará também sujeito à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**27.4.1.** O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

**27.4.2.** A não apresentação da documentação prevista no item 22.3 sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 30 (trinta) dias.

**27.4.3.** Findo o prazo dos subitens 27.4.1 e 27.4.2 será aplicada a multa cumulativa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor da nota de empenho, respectivamente, observando-se os critérios constantes do item 27.6.

**27.5.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 27.3 a 27.4 deste edital, a nota de empenho e o registro em ata assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

**27.6.** Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I.** os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II.** a não reincidência da infração;
- III.** a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV.** a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V.** a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**27.7.** A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**27.8.** Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no item 27.6.

**27.9.** A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

**27.10.** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**27.11.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### 28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**28.1.** Até as 17:00h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com).

**28.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**28.2.1.** A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

**28.3.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**28.4.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: [cplbatalha.al@gmail.com](mailto:cplbatalha.al@gmail.com).

**28.4.1.** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 3 (três) dias úteis antes do prazo previsto para a abertura do certame.

**28.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

### 29. DO REGIME DE EXECUÇÃO

**29.1.** O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo Município de Batalha/AL, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.

**29.2.** As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

**29.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

### 30. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

**30.1.** São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

- I.** manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
  - II.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
  - III.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
  - IV.** responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.
- 30.2.** O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.
- 30.3.** O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.
- 30.4.** Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do Município de Batalha.
- 30.5.** Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## 31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 31.1.** O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 31.2.** Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I. Termo de Referência; Anexo II. Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III. Modelo de Apresentação de Proposta.
- 31.3.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.
- 31.3.1.** A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.
- 31.4.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica,

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**31.5.** As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**31.6.** As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**31.7.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### 32. DO FORO

**32.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Estadual, na cidade de Batalha, com exclusão de qualquer outro.

Batalha/AL, 11 de outubro de 2021.

**Albert Leite e Silva**  
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021  
EDITAL  
REGISTRO DE PREÇOS  
(Processo nº 064.2021/001)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de **material permanente**, para atender às necessidades do **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE: MATERIAL PERMANENTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.	<b>MÁQUINA LAVAR ROUPA:</b> Tipo automática, capacidade 15 kg, cor branca, aplicação doméstica, características adicionais lavadora e secadora, voltagem 127/220 v, material gabinete metálico, material cesto aço inoxidável.	Unidade	01
2.	<b>TERMÔMETRO:</b> Tipo laser digital, faixa medição temperatura: -50°C a 200 °C, elemento expansão: infravermelho, material: plástico rígido, características adicionais: visor cristal líquido, temperatura ambiente 50°C, precisão: +,- 2 °C, alimentação: pilha.	Unidade	10
3.	<b>BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO:</b> Tipo digital, visor de cristal líquido, régua, base em material chapa de aço, plataforma com tapete antiderrapante, capacidade 200 kg, precisão 100 g, tensão 110/220 v. certificado pelo INMETRO; assistência técnica na região; garantia de 12 (doze) meses., com régua antropométrica.	Unidade	07
4.	<b>LIXEIRA:</b> Material polietileno, capacidade 30 l, tipo quadrada, cor branca, características adicionais com tampa e pedal, aplicação lixo infectante grupo A, impressão com símbolo.	Unidade	100

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

5.	<b>OTOSCÓPIO:</b> Tipo: clínico, modelo: fibra ótica, portátil, alimentação: pilhas, características adicionais: lâmpada halógena, jogo de espelhos reutilizáveis, zoom óptico: aumento em cerca de 3,5 vezes, tipo cabo: cabo metal cromado e plástico.	Unidade	09
6.	<b>APARELHO DIAGNÓSTICO TERAPÊUTICO:</b> tipo 1 lanterna clínica, componentes 3 c/ led, fonte alimentação à bateria.	Unidade	10
7.	<b>DETECTOR FETAL:</b> Tipo: portátil, ajuste digital e tela gráfica, material: gabinete plástico, tipo de análise: ausculta BCF, fluxo sanguíneo placenta e cordão, faixa medição: BCF até cerca 200 BPM, frequência: até cerca 2,2 mhz, fonte alimentação: à bateria, componentes: c, alto falante, transdutor, outros componentes: entrada auxiliar	Unidade	10
8.	<b>DETECTOR FETAL, TIPO: PORTÁTIL:</b> Ajuste digital e tela gráfica, material: gabinete plástico, tipo de análise: ausculta bcf, fluxo sanguíneo placenta e cordão, faixa medição: bcf até cerca 200 bpm, frequência: até cerca 2,2 mhz, fonte alimentação: à bateria, componentes: c, alto falante, transdutor, outros componentes: entrada auxiliar	Unidade	10
9.	<b>FOCO CLÍNICO:</b> Material corpo metal esmaltado, acabamento estrutura pintura epóxi, tipo lâmpada halógena 50w, tensão alimentação 220 v, características adicionais haste com ajuste de movimento, apresentação com espelho, tipo luz refletor dicróico, tipo ajuste altura ajustável, tipo base em ferro fundido, com rodízios.	Unidade	09
10.	<b>COLPOSCÓPIO:</b> Tipo binocular, capacidade aumento de 3 a 14 vezes, tensão alimentação 220 v, lâmpada halógena 150w, características adicionais pedestal com rodízios, braços articulados	Unidade	01
11.	<b>ANTROPÔMETRO HORIZONTAL OU RÉGUA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL:</b> Fabricado em alumínio resistente, leve e durável sendo de fácil higienização e que não cause desconforto ao paciente, possuir excelente acabamento. As hastes de medição dobráveis, facilitando o transporte e o armazenamento podendo ser graduado em espaço pequeno. Faixa de medição de 0 a 1,00m. Resolução em milímetros, graduação: 1	Unidade	08



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

12.	<b>TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL</b> , escala: até 45 °c, tipo :uso axilar e oral, componentes: c, alarmes, memória: memória última medição, embalagem: embalagem individual	Unidade	35
13.	<b>NEBULIZADOR</b> : ultrassônico, modelo: de mesa, ajuste: com interruptor liga, desliga, material: compressor C, gabinete plástico, componentes: C, no mínimo: máscara, traqueia, componente 1: C, copos de medicação descartáveis	Unidade	15
14.	<b>MACA DE RESGATE</b> , material: alumínio tubular, tipo: ambulância, tamanho: adulto, largura: cerca de 0,60 m, altura: cerca de 0,80 m, capacidade de carga: até 200 kg, componentes 01: cinto imobilizador para cabeça, características adicionais: sistema retrátil, características adicionais 01: cabeceira regulável por cremalheira, acabamento rodas: roda termoplástica, rodas: 4 rodízios de 6", freio nos 4 rodízios	Unidade	09
15.	<b>MESA GINECOLÓGICA</b> , estrutura: tubo aço, acabamento superficial estrutura: esmaltado, material leito: chapa aço inox, estofado em courvin, tipo movimento: assento fixo, encosto e apoio pernas reclináveis, acabamento pés: pés c, rodízios e freios, características adicionais: 3 gavetas e 2 portas laterais, material porta-coxa: porta-coxas estofado, dimensões: 1,80 x 0,50 x 0,85m	Unidade	09
16.	<b>CARDIOTOCÓGRAFO</b> : Modelo P, feto gemelar, ajuste: painel controle digital C, tela gráfica, 1 transdutor contração uterina materna toco, 2 transdutores US - frequência cardíaca fetal, 1 marcador movimento fetal, C, cintas, outros componentes: c, impressora integrada, adicionais: c, memória interna.	Unidade	01
17.	<b>OXÍMETRO</b> , tipo: pulso, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 32 h, alimentação: pilha, acessórios: c, sensor.	Unidade	01
18.	<b>ASPIRADOR CIRÚRGICO</b> , modelo elétrico portátil, pressão de vácuo cerca de 550 mmhg, fluxo de aspiração de 10 a 50 lpm, componentes filtro bacteriológico.	Unidade	02
19.	<b>BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL</b> : tipo digital, visor de cristal líquido, régua, base em material chapa de aço, com tratamento antiferruginoso, plataforma com tapete antiderrapante, capacidade 200 kg, precisão 100 g,	Unidade	07

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

	tensão 110/220 v. certificado pelo INMETRO; assistência técnica na região; garantia de 12 (doze) meses, com régua antropométrica.		
20.	<b>BANQUETA PARA PARTO VERTICAL</b> com as características mínimas: Banqueta auxiliar para parto humanizado, Confeccionado em polietileno ou material similar de alta resistência Possui abertura frontal sem emendas e/ou frestas Fácil limpeza; Banqueta com tampa em forma de anel, para total conforto da paciente Equipada com bacia Uso em hospital ou domiciliar (no chão ou sobre cama) Estabilidade de carga, mínimo 130kg. Dimensões mínimas: 40x50x38 (Larg.x Alt.x Comp.)	Unidade	01
21.	<b>BERÇO HOSPITALAR:</b> aquecido, material da estrutura: aço carbono, pintura eletrostática, componentes: sistema calor irradiante, painel controle: ajuste digital, visor iluminado, base do leito: leito mesa acrílico, mecânico, sensor: sensores temperatura, pés: pés rodízios, componentes 2: colchão, acessórios: suporte soro, bateria, acessórios 01: gaveta P, RX, tipo uso: radio transparente.	Unidade	01
22.	<b>BERÇO RECÉM-NASCIDO DE AÇO:</b> 100% metalon 30x20, cano 7/8 e cano 5/8, pintura de tinta esmalte. Tamanho: 134cm, largura: 62cm, altura: 110cm, altura lateral: 55cm, Acompanha colchão e extrato de madeira	Unidade	04
23.	<b>MONITOR MULTIPARÂMETRO,</b> pré configurado, modular, parâmetros: ECG, PNI, PI, SPO2, TEMP, RESP, DC, tipo de tela: tela LCD 12", alta resolução, características adicionais: congelamento tela e memória, componentes: alarmes, bateria, opcionais 02: arritmias e segmentos ST, acessórios: completo com cabos e sensores.	Unidade	01
24.	<b>APARELHO FOTOTERAPIA,</b> fonte iluminação: c, no mínimo 10 leds, painel controle: controle de funções mecânico, suporte: haste articulada, C, altura regulável, pés: rodízios C, travas, aplicação: para recém-nascido.	Unidade	01
25.	<b>BOMBA DE INFUSÃO,</b> material policarbonato, tipo volumétricas (linear), vazão 0,1 a 1500 ml/h, administração enteral/parenteral, características adicionais alça para transporte, teclado de membrana, características adicionais 01 compatível com seringa, programação ml/h, gotas, volume/tempo, alarme, acessórios bateria recarregável, dose em MG, MCG, MMOL E MEQ.	Unidade	01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

26.	<b>POLTRONA RECLINÁVEL COR AZUL</b> , assento, encosto, apoio braços e pés articulados, características adicionais: apoio para pés acoplado a poltrona, acabamento: assento, encosto, pés e braços estofados, largura: 74 cm, profundidade: 74, estrutura: tubular, aplicação: hospitalar.	Unidade	08
27.	<b>SUORTE SACO HAMPER:</b> material aço inoxidável, acabamento estrutura tubular, características adicionais 3 rodízios 2', acessórios saco algodão cru, capacidade 100 litros.	Unidade	03
28.	<b>SUORTE PARA SORO:</b> material aço inoxidável ou alumínio, regulagem de altura, rodízios com rodízios de 2', ganchos 4 ganchos.	Unidade	08
29.	<b>CPAP. PRESSÃO POSITIVA FIXA:</b> não invasivo; deve permitir a regulagem de pressão entre 4 a 20 cm de h <sub>2</sub> o; com tempo de rampa no mínimo de 0 a 30 minutos ajustáveis em intervalos de 5 minutos; bivolt automático; silencioso; nível sonoro avaliado de acordo com a norma: pren isso 17510-1:2001; nível máximo acústico de 31 dba a 10 cm de h <sub>2</sub> o; acessórios que acompanham o equipamento: tubulação (traqueia / circuito) de pelo menos 2 metros; bolsa de transporte; cartão de registro de dados; cabo de força; bolsa de transporte; filtro de linha; 2 máscaras sendo 01 (uma) facial e 01 (uma) nasal com bordas de silicone ambas com fixador cefálico de 4 pontos visando perfeita adaptação ao paciente. Com garantia total de 24 meses e assistência técnica permanente.	Unidade	01
30.	<b>ESCADA AUXILIAR METAL:</b> 2 degraus para maca, clínicas e hospitais: material: metal; dimensões: 39 x 39 x 39cm (c x l x a); peso: 2,9kg; peso suportado: 120kg.	Unidade	18
31.	<b>MESA DE MAYO</b> , material estrutura tubular em aço inox, altura regulável borboleta aço inox, componentes bandeja aço inox 58 x 48cm, outros componentes 3 rodízios de 2'	Unidade	10
32.	<b>MESA CLÍNICA:</b> tubos e chapas de aço inoxidável, comprimento: 1,80 m, largura: 0,60 m, altura: 0,80 m, acessórios: estofado em curvin, com espuma d28, estrutura: antiferrugem, característica adicional: esmaltada, estofada, cabeceira móvel	Unidade	10
33.	<b>CAMA PARA PARTO (PPP) MANUAL:</b> com as características técnicas mínimas: Base construída em aço carbono, medindo 50x30x1,5mm, com pés	Unidade	02

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

	recuados revestido em ABS ou material termoplástico resistente; Cabeceira e peseira removíveis em poliuretano injetado ou material similar; Leito articulado, em três sessões (dorso, assento e peseira) com estrutura em tubos (chapas) de aço carbono 25 x 25 x 1,2mm e 50 x 30 x 1,2 mm revestido em ABS ou material equivalente; Estrutura do estrado construído em longarinas de aço carbono, com pintura epóxi poliéster polimerizado em estufa, revestida em ABS ou material equivalente; Movimentos Trendelemburg, Reverso do Trendelemburg, elevação do dorso e elevação do leito, elevação do assento; Grades laterais em poliuretano injetado ou material compatível, móveis pelo sistema semi-giro, permitindo que fiquem acima e abaixo do leito; Sistema de acionamento: movimentos através de sistema hidráulico e elevações a gás; Com um par de porta-coxas estofados, com altura reguláveis e removíveis e anexo em inox; Com um par de barras de apoio para os pés, com altura regulável e estofados.		
34.	<b>FOCO CLÍNICO</b> , material corpo aço inoxidável, tipo lâmpada halógena, tensão alimentação 110/220v, apresentação com espelho, tipo ajuste altura ajustável, tipo haste flexível, tipo base com rodízios.	Unidade	01
35.	<b>AMBU ADULTO</b> - Reanimador pulmonar manual com reservatório. Confeccionado em silicone. Válvula unidirecional em policarbonato e membrana de silicone com acoplamento externo para máscara de uso adulto. Conector universal com diâmetro 15,0 mm para sonda endotraqueal e máscara. Válvula de escape em policarbonato com 01 (uma) membrana de silicone (pop-off). Balão de silicone auto inflável ao ser pressionado. Conexão para alimentação de gás oxigênio. Válvula de admissão de ar em policarbonato para conexão da bolsa reservatório com 01 (uma) membrana de silicone. Bojo transparente de policarbonato. Coxim anatômico de silicone. Válvula de controle em policarbonato com 02 (duas) membranas de silicone. Bolsa reservatório de oxigênio com conector de diâmetro 22,0 mm. Extensão com conector (para ligar a fonte de alimentação de gás oxigênio à válvula de entrada do balão do ressuscitador).	Unidade	02



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

36.	<b>MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO BARRA DE LING:</b> material madeira, características adicionais 11 barras horizontais, 20cm distância entre elas, tamanho 240 x 87 x 22cm, componentes espaldar fixo	Unidade	01
37.	<b>BANQUETA:</b> material estrutura aço, tipo assento giratório, material base assento plástico, acabamento estrutura pintado, cor assento preta, altura 60 cm, diâmetro assento 40 cm, características adicionais altura regulável sistema a gás/apoio para os pés.	Unidade	01
38.	<b>CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR,</b> estrutura: chapas de aço inoxidável, gavetas: 04 gavetas, sendo a 1ª com divisão, suporte: suporte para monitor, base giratória, rodízios: com rodízios, características adicionais 01: suporte soro e cilindro de o2, acessórios: tábua de massagem cardíaca, acessórios 01: extensão elétrica, mínimo 5 metros e até 7 plugs, acessórios 02: trava de gavetas com lacre.	Unidade	01
39.	<b>LARINGOSCÓPIO,</b> tipo lâmpada: de fibra ótica, componentes: c, 12 lâminas, componentes adicionais: com cabo em aço inoxidável, tamanho cabo: adulto, embalagem: com estojo.	Unidade	01
40.	<b>DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO,</b> tipo onda bifásica, tempo máximo carga até 10s, memória gravação ECG eventos RCP, peso cerca de 3 kg, alimentação bateria lítio, componente pás externas e adesivas, componentes adicionais tela com mensagem de texto, características adicionais comando de voz, tipo módulo portátil, com alça transporte e maleta.	Unidade	01
41.	<b>FOCO CIRÚRGICO DE TETO COM DUAS CÚPULAS,</b> com lâmpadas de led e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir: fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; sistema de suspensão leve, facilitando	Unidade	01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

<p>o movimento e fornecendo rápida estabilidade; cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria led, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; emprego de sistema de redução de sombra; filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; o índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 4200 k ou maior; a intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 120.000 lux, medidos a 1 (um) metro de distância. a iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; as cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente; vida útil do sistema de iluminação led de 30.000 horas ou maior. além da descrição básica deve conter características e/ou informações referentes a(o): definir o número de cúpulas, indicar diâmetro aproximado em cm, capacidade de rotação em graus; definir tipo de iluminação, se por lâmpada halógena ou leds; determinar faixa do diâmetro do campo de luz em cm; definir forma de fixação do conjunto; definir o sistema de reflexão; possuir nível de iluminação mínimo lux por 1 metro de distância; possuir faixa de temperatura de cor entre 3.500 e 4.500 k; possuir cor corrigida e sombra reduzida; produzir aumento máximo de temperatura no campo operatório de 14°C; possuir superfície lisa e anticorrosiva para facilitar a limpeza; possuir filtros calóricos (luz fria); possuir punho de controle removível para esterilização; possibilitar o controle de intensidade de luminosidade; acessórios básicos: manoplas esterilizáveis extras, lâmpadas extras; definir peso aproximado máximo do conjunto em kg; determinar</p>		
--	--	--

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

	fonte de alimentação elétrica - tensão (v) - frequência (hz). Instalação por conta da empresa vencedora e garantia mínima de um ano.		
42.	<b>MESA CIRÚRGICA:</b> estrutura aço inoxidável, acabamento tampo leito: colchão alta densidade forrado courvin preto, tipo movimento elevação: eletro-hidráulica, movimentos verticais(60,90cm), perneira: posição trendelemburg, haste campo altura regulável, suporte lateral: apoios reguláveis de braços, tipo fixação: rodas traváveis, comandos por pedais, comando movimento: regulagem altura e dorso elétrica, comprimento: 2 metros, tensão: 220V.	Unidade	01
43.	<b>BISTURI ELÉTRICO</b> , modelo: radiofrequência, modo de operação monopolar: monopolar, potência máxima corte monopolar: de 301 a 400 w, tipo de coagulação: coagulação, spray e fulguração, tipo de corte: corte puro e no mínimo 3 mistos, modo de operação: bipolar, micro e macro, outros componentes: alarme, memória, compatibilidade: compatível c, coagulador argônio	Unidade	02
44.	<b>CADEIRA DE RODAS</b> funcionamento: manual, tipo construtivo: dobrável em duplo x, material estrutura: aço inoxidável, acabamento estrutura: pintura epóxi, tipo uso: locomoção, tamanho: adulto, tipo encosto: encosto reclinável, apoio braço: apoio braços escamoteáveis, acabamento do encosto e assento: courvin ou napa, tipo de pneu: pneus dianteiros maciços, tipo pneu traseiro: traseiro inflável, apoio pés: apoio pés removível	Unidade	03
45.	<b>CADEIRA DE RODAS:</b> funcionamento manual, tipo construtivo fixa, material estrutura aço inoxidável, acabamento estrutura pintura epóxi, tipo uso banho, tamanho infantil, tipo encosto fixo, acabamento do encosto e assento plástico resistente, tipo de pneu dianteiros maciços, tipo pneu traseiro maciço, apoio para os pés fixo.	Unidade	03
46.	<b>CADEIRA DE RODAS:</b> manual, tipo construtivo: fixa, material estrutura: aço inoxidável, acabamento estrutura: esmaltado, tipo uso: banho, tamanho: adulto, tipo encosto: encosto fixo, acabamento do encosto e assento: plástico resistente, tipo de pneu: pneus dianteiros maciços, tipo pneu traseiro: traseiro maciço, apoio pés: apoio pés fixo, capacidade máxima: até 250 kg, características adicionais: encaixe para vaso.	Unidade	03

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

47.	<b>MACA CLÍNICA</b> , material aço inoxidável, tipo carro maca elevação hidráulica, acabamento da superfície pintura epóxi, acabamento das rodas termoplástica, rodas 4 rodízios 8", sendo 2 com freio, componentes suporte soro removível, componentes 01 suporte para cilindro de o2, radio transparente, 01 grades escamoteáveis, acessórios bandeja apoio	Unidade	04
48.	<b>CARRO MACA PARA TRANSPORTE CADÁVER</b> , material: aço inoxidável, rodas: 4 rodízios de 8", sendo 2 com freios, componentes: balde mínimo 5l, característica adicionais: rebaixo, declive, dreno escoamento.	Unidade	01
49.	<b>CARRINHO TRANSPORTE</b> , material: tubo aço, tratamento superficial: pintura epóxi, quantidade rodas: 2, características adicionais: cilindro 7 l(1m3), passante em velcro, rodas maciças, aplicação: transporte de cilindros	Unidade	03
50.	<b>CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CARGA</b> : com estrutura metálica pintada. Dados técnicos: capacidade de carga do carrinho para transporte: 200 kg; tamanho da roda: cerca de 3,50' x 4'; tipo da roda: pneu com câmara de ar; quantidade de rodas: 02; material do aro do carrinho: metálico; comprimento total do carrinho: cerca de 43 cm; largura total do carrinho: cerca de 53 cm; altura do carrinho: cerca de 112 cm; comprimento x largura da base do carrinho para transporte: cerca de 15 cm x 35 cm.	Unidade	01
51.	<b>ELETROCARDIOGRAFO</b> : digital, portátil com alça, tela LCD 2x16, 12 canais, voltagem 110/220v, funções: teclado membrana sensível ao toque, tipo registro: c, 12 derivações, leitura diagnóstica, velocidade registro: 12,5; 25 e 50 mm,s, memória para, 100 exames, acessórios: cabo alimentação, cabo paciente 10 vias, tipo impressora: impressão papel A4, alimentação: bateria interna recarregável.	Unidade	02

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### **2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A aquisição solicitada visa assegurar o cumprimento das obrigações deste ente municipal, sendo que para isso, deve equipar suas unidades com diversos tipos de materiais permanentes, seja devido a necessidade de substituição ou para equipar novas salas, considerando-se que os materiais são necessários para que prestemos a assistência em saúde devida aos usuários do SUS, visando atendimento no Hospital Unidade Antônio Vieira Filho e para as unidades ESF. Considerando as justificativas acima mencionadas, é que se faz necessária a referida aquisição.

**2.2.** A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

### **4. FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** O fornecimento será efetuado de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação.

**4.2.** Os bens deverão ser entregues no setor de compras, localizado na Rua Padre Daniel Bezerra, n° 99, Centro, Batalha, Alagoas, no horário das 08 horas às 12 horas.

### **5. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**5.1.** O custo estimado foi apurado através de pesquisa no banco de preços.

**5.1.1.** A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

### **6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os materiais permanentes somente serão recebidos se todas as normas técnicas exigidas estiverem contempladas.

**6.1.1.** Deverão vir em caixas lacradas ou empacotados pelo fabricante sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e endereço

**6.1.2.** Além disso, os produtos terão que ter o selo de homologação do órgão Fiscalizador.

**6.2.** O material será recebido:

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**I. Provisoriamente**, pelo órgão receptor do objeto, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

**II. Definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Secretária Municipal de Finanças, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

**6.3.** Constatadas irregularidades no material entregue, o Município poderá:

**I.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito;

**II.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**6.4.** Ao Município de Batalha/AL não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**6.5.** Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

**6.6.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**6.6.1.** Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**7.1.** São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I.** manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**III.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

**IV.** responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

**7.2.** O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

**7.3.** O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

**7.4.** Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do Município de Batalha.

**7.5.** Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **8. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**8.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**8.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**8.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Albert Leite e Silva**

Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021**  
**EDITAL**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**(Processo nº 064.2021/001)**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021**  
**PROCESSO Nº 064.2021/0010**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE BATALHA/AL**, com sede administrativa na Rua Padre Daniel Bezerra, nº 99, centro, Batalha/AL, CEP: 57.420-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.250.056/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Finanças, Franciane Helen Lopes Melo, inscrito no CPF sob o nº 052.460.524-60 e RG nº 2.107.236 SSP/AL, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892/2013, do Decreto nº 10.024/2019, dos Decretos Municipais nº 004/2015 e 004/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **\_\_\_/20\_\_**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor beneficiário, a empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXX**, no Município de **XXXX/XX**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXXXX**, conforme preços abaixo descritos:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta Ata é o registro de preços para Aquisição de Material Permanente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às necessidades do **Município de Batalha/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2. DO VALOR**



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**2.1.** O valor global desta Ata é de **R\$ XXXX (XXXXXXXX)**, distribuídos conforme exposto no Anexo I.

### 3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

**3.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração, Gestão Pública e Planejamento.

**3.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**Secretaria Municipal de Saúde.**

**3.3.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas nos Decretos Municipais nº 004/2015 e 004/2020, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**3.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**3.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3.3.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**3.3.4.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

### 4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

### 5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**5.1.** O Setor de Gestão de Contratos do Município de Batalha/AL será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

**5.2.** A convocação do fornecedor beneficiário pelo Município será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

**5.3.** O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas nesta ata e seus anexos.

**5.4.** Quando comprovada a hipótese acima o Município poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 do edital do pregão que deu origem a essa ata, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

## 6. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

**6.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

**6.2.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 6.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

**7.1.** São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas nesta ata ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I.** manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- IV.** responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**7.2.** O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

**7.3.** O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

**7.4.** Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do Município de Batalha.

**7.5.** Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## 8. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

**8.1.** O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo Município ao fornecedor beneficiário é de no máximo 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.

**8.2.** Os materiais deverão ser entregues ao Setor de Compras sito à Rua Padre Daniel Bezerra, Bairro Centro, Batalha/AL, CEP:57.420-000, no horário das 08 horas às 12 horas.

**8.3.** Os materiais permanentes somente serão recebidos se todas as normas técnicas exigidas estiverem contempladas.

**8.3.1.** Deverão vir em caixas lacradas ou empacotados pelo fabricante sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e endereço

**8.3.2.** Além disso, os produtos terão que ter o selo de homologação do órgão Fiscalizador.

**8.3.** O material será recebido:

**I. Provisoriamente**, pelo órgão receptor do objeto, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

**II. Definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão Pública e Planejamento, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

**8.4.** Constatadas irregularidades no material entregue, o Município poderá:

**I.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito;

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**II.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**8.5.** Ao Município de Batalha/AL não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**8.6.** Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

**8.7.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**8.7.1.** Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

## 9. DA FISCALIZAÇÃO

**9.1.** Caberá aos gestores designados pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão Pública e Planejamento promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**9.2.** O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

**9.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.4.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 10. DA FORMA DE PAGAMENTO

**10.1.** O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho ou da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 8.3, Item 8, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

**10.2.** As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

**10.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas constantes no Item 13.

**10.4.** Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a esta ata, o prazo será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**10.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Município, entre o término do prazo referido no item 8.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## 11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

**11.1.** O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

**11.1.1.** A pedido, quando:

**11.1.1.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;



### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**11.1.1.2.** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do Município de Batalha/AL.

**11.1.2.** Por iniciativa do Município de Batalha/AL, quando:

**11.1.2.1.** O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**11.1.2.2.** Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

**11.1.2.3.** Por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

**11.1.2.4.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**11.1.2.5.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**11.1.2.6.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

**11.1.2.7.** O fornecedor beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**11.1.3.** Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o Município formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

**11.2.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

**11.2.1.** Por extinção da totalidade do seu objeto; e

**11.2.2.** Quando não restarem fornecedores registrados.

## 12. DA RESCISÃO

**12.1.** A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**12.2.** A rescisão do ajuste poderá ser:

**I)** Determinada por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

**II)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Município; ou

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**III) Judicial, nos termos da legislação.**

**12.3.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**12.4.** Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.** Ao Município de Batalha/AL é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 13. DAS PENALIDADES

**13.1.** O fornecedor beneficiário que deixar de atender à ordem de fornecimento ou deixar de retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido nos item 8.1, ficará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**13.2.** Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas no edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a nota de empenho ou atender a ordem de fornecimento, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 13.1.

**13.3.** Se a licitante e/ou fornecedor beneficiário deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Batalha/AL e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se fornecedor beneficiário, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

**13.4.** Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, o fornecedor beneficiário ficará também sujeito à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

**13.4.1.** O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

**13.4.2.** A não apresentação da documentação prevista no item 10.3 sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da solicitação de compra ou da nota de empenho, até o limite de 30 (trinta) dias.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**13.4.3.** Findo o prazo dos subitens 13.4.1 e 13.4.2 será aplicada a multa cumulativa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor da nota de empenho, respectivamente, observando-se os critérios constantes do item 13.6.

**13.5.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 13.3 a 13.4 desta ata, a solicitação de compra ou a nota de empenho e o registro em ata assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

**13.6.** Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II. a não reincidência da infração;
- III. a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**13.7.** A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**13.8.** Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no item 13.6.

**13.9.** A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

**13.10.** Sem prejuízo das sanções previstas nesta ata de registro e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**13.11.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **014/2021** e a proposta da empresa Integram os seguintes anexos: Anexo I. Termo de Referência; Anexo II. Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III. Modelo de Apresentação de Proposta.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**14.2.** Será possível a contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, onde será formalizada por intermédio de instrumento contratual, e obedecidos os requisitos pertinentes a Lei nº. 8.666/93, desde que, respeitado a validade da presente ata de registro de preços.

**14.2.1.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, que não poderão exceder o limite definido.

**14.2.2.** Será vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**14.3** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **004/2020**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**14.4.** Para dirimir qualquer controvérsia referente a presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Estadual, na cidade de Batalha, com exclusão de qualquer outro.

Batalha/AL, 11 de outubro de 2020.

**Albert Leite e Silva**  
Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021**  
**EDITAL**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**(Processo nº 064.2021/001)**

**ANEXO III**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Item 10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2021</b>
<b>Data de abertura:</b>
<b>Nome da empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone: (DDD)</b>
<b>Fax: (DDD)</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Dados Bancários:</b>
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar Ata de Registro de Preços)</b>
<b>CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)</b>
<b>RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)</b>
<b>Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)</b>
<b>Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o ajuste possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos (duas casas decimais).

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.